

Ave Libertas: mulheres abolicionistas nos espaços socioculturais do Recife (1884-1888)

Ave Libertas: abolitionist women in the sociocultural spaces of Recife (1884-1888)



LEANDRO, Jacilene de Lima.*

 <https://orcid.org/0009-0005-7590-7760>

RESUMO: O presente artigo analisa a abrangência da mobilização antiescravista, que atuou em diversos espaços, conquistando um público vasto e essencial para o avanço do abolicionismo. Diante disso, observamos as mulheres abolicionistas fundadoras e associadas da sociedade *Ave Libertas*, explorando suas atuações nas ruas e nos teatros da cidade do Recife entre 1884 e 1888. Averiguamos como a associação somou-se à construção de uma Cultura Política que utilizou símbolos conhecidos para fortalecer a identidade do movimento abolicionista. O uso político desses espaços pelas militantes favoreceu a sensibilização do público urbano, da mesma maneira em que a organização de grandes eventos em teatros, circos, ruas e praças ajudou o grupo feminino a ganhar notoriedade. Com isso, o engajamento das mulheres colaborou para a criação da memória abolicionista, além de conquistar novas possibilidades políticas para as moças e senhoras oitocentistas.

ABSTRACT: The current article explores the reach of the anti-slavery movement, which functioned in various contexts and attracted a sizable and significant audience for the promotion of abolitionism. In light of this, we observe the abolitionist women founders and members of the *Ave Libertas* society, exploring their activities between 1884 and 1888 in the Recife city's theaters and streets. We demonstrate how the association contributed to the development of a political culture that strengthened the abolitionist movement's identity by using prominent symbols. The political use of these spaces by the militants favored the awareness of the urban public, in the same way that the organization of large events in theaters, circuses, streets and squares helped the women's group to gain notoriety. Thus, the engagement of women collaborated to the creation of the abolitionist memory, along with opening up new political opportunities for girls and women in the 19th century.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Abolicionismo; Espaço urbano; *Ave Libertas*.

KEYWORDS: Women; Abolitionism; Urban space; *Ave Libertas*.

Recebido em: 12/04/2023
Aprovado em: 08/06/2023

* Graduada em História, UFRPE, mestranda, PGH-UFRPE, Recife-PE. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). E-mail: jacilima.jll@gmail.com.



Introdução

A mobilização abolicionista no Recife, assim como nacionalmente, espalhou-se por diversos espaços. Dessa forma, o movimento retirou dos prédios institucionais a exclusividade dos debates políticos, fazendo com que as discussões adentrassem também em lugares públicos, em que, cotidianamente, conviviam escravizados e trabalhadores, intitulado por alguns, na década de 1880, como pertencentes às classes inferiores. Eles, certamente, já debatiam sobre suas condições de trabalho e as decisões imperiais sobre o assunto. Insuflar discussões sobre as questões políticas nos lugares do cotidiano foi uma possibilidade encontrada pelos ativistas para a divulgação da imagem criada pelo repertório moral do abolicionismo, a qual deslegitimava a escravidão, sendo trazida como ilegal e imoral.

A disseminação dessas ideias foi possível com a organização de diversas manifestações públicas, inspiradas, principalmente, pelo movimento britânico e norte-americano. Entretanto, essa mobilização internacional tinha a religião protestante como aliada, enquanto, no Brasil, a religião mais influente era o catolicismo, que estava atrelada ao Estado escravista. Assim sendo, os abolicionistas brasileiros fizeram adaptações em suas propagandas que passariam a fazer uso das artes como mecanismo de engajamento político (Alonso, 2012, p. 103).

Além disso, os ativistas tiveram que utilizar espaços urbanos de sociabilidade, os quais auxiliaram na aproximação de indivíduos distantes do debate político parlamentar das discussões sobre o trabalho escravo. Os ambientes teatrais foram grandes colaboradores nesse processo, já que esses lugares seculares deram abertura para os rituais abolicionistas. Como afirma Maria Stella Bresciani (2002, p. 30) “[...] nesses espaços, instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada em espetáculo”.

Segundo Celso Castilho (2012, p. 339), o fenômeno do teatro abolicionista foi crucial para conectar um público maior às atividades do movimento recifense. Além disso, o teatro ajudou nas mudanças do discurso antiescravista e na nacionalização dos debates acerca da escravidão. O uso desses espaços aconteceu em algumas capitais, construindo uma identidade coletiva abolicionista e expandindo a esfera política.¹

Assim, os militantes antiescravistas e os novos agentes sociais que embarcaram na mobilização, ajudaram a politizar a cidade do Recife, junto às transformações dos

¹ Por identidade coletiva, referimo-nos aos critérios que identificam os agentes políticos do movimento abolicionista, ou seja, referenciais políticos e sociais que indicam a realidade dos militantes. Como nos aponta João Paulo Pimenta (2006), esse conceito abrange os aspectos políticos que são compartilhados coletivamente por determinados grupos para uma identificação dos sujeitos, por eles mesmos ou por terceiros.

oitocentos, a partir dessas atividades inovadoras, as quais buscaram elementos urbanos que possibilitassem atrair o público, para assim, colocar em prática seu proselitismo, bem como criar memórias.

A capital pernambucana tinha alguns teatros públicos e privados, localizados normalmente perto de praças e espaços movimentados, o que facilitava o acesso a um maior número de pessoas. No entanto, apesar dos teatros possibilitarem ritualizar a propaganda antiescravista na ausência das igrejas, há indícios de que alguns ativistas utilizaram também práticas religiosas junto às atividades abolicionistas. Inclusive, alguns eventos eram bastante semelhantes aos ritos católicos, como as passeatas que tinham certa similaridade com as procissões.

Como podemos verificar, muitas manifestações aconteceram nas ruas e nas praças, como marchas, procissões cívicas, *meetings*, entre outras. Foram eventos que deixaram o movimento em evidência, firmando um caráter festivo e popular. Essas solenidades eram acompanhadas com bandas de música, iluminação, distribuição de cartas de alforria e discursos, mostrando novas formas de mobilização pública, capazes de cativar a população, assim como o uso político do espaço urbano, cada vez mais caracterizado por representações do abolicionismo. Nos jornais, podemos evidenciar o trabalho de mulheres nas organizações dessas cerimônias, participando, além disso, como parte das atrações e entre as homenageadas.

Após os revisionismos historiográficos ocorridos no final do século XX, a questão do gênero feminino ganhou uma abertura, apesar disso, ainda existem poucos trabalhos que tomam moças e senhoras como personagens centrais na investigação. Destacamos determinados estudos realizados nas últimas décadas, que se debruçaram nas pesquisas acerca da participação de mulheres no movimento abolicionista, principalmente, delimitando-se em algumas regiões como Goiás (Sant’Anna, 2006), Amazonas (Menezes, 2014), Rio de Janeiro (Silva, 2014), Minas Gerais (Macena, 2015), Espírito Santo (Rocha, 2015) e a cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul (Nunes, 2020).

Com relação a Pernambuco, encontramos alguns trabalhos que nos trazem informações sobre esse engajamento, como o livro de Luzilá Ferreira (1999), que, além do aporte documental, apresenta também reflexões sobre a atuação de mulheres, traçando diversos perfis, desde a década de 1870 até a abolição. Além do artigo da historiadora Maria Ângela de Faria Grillo (2015), intitulado “*Ave Libertas: O movimento abolicionista feminino de Pernambuco*”, que discorre sobre informações iniciais do envolvimento dessas senhoras com a articulação antiescravista.

Através desses trabalhos e de análises documentais percebemos que em Pernambuco, o engajamento feminino fez bom uso dos elementos presentes na cidade, o

que favoreceu um prestígio angariado pelas abolicionistas, ficando cada vez mais reconhecidas pelos militantes e escravizados. Essas mulheres, através da sociedade abolicionista *Ave Libertas*,² criavam uma notoriedade ficando à frente de cerimônias que eram relevantes para o movimento, organizavam ilustres eventos, com grandes públicos, que eram sensibilizados pelo repertório moral do abolicionismo. Com isso, a associação liderada por moças e senhoras foi ganhando mais espaço na agenda pública antiescravista do Recife. Tendo em vista que “os grupos tanto constroem a cidade enquanto um tecido de relações sociais e representações, quanto são constituídos por ela” (Monteiro, 2012, p. 104), faz-se importante observar como as militantes femininas buscaram destacar os aspectos do seu ativismo nos espaços da capital pernambucana, criando novas sociabilidades a partir desses recursos urbanos.

Podemos ver essa utilização dos espaços quando destacamos que as mulheres abolicionistas recifenses participavam de passeatas, não apenas como manifestantes, mas discursando e agitando os protestos de rua. Vejamos essa passagem:

A' tarde d'esse dia houve uma outra passeiata de mais de 6,000 pessoas, promovida pela commissão central emancipadôra. No trajecto fizeram-se ouvir muitos oradores, notando-se a distincta representante da Sociedade *Ave Libertas*, exma. sra. d. Carlota Villela, que em eloquentes palavras saudou ao povo pernambucano (A provincia do Espirito Santo, p. 2, 1885, grifo próprio).

A abolicionista Carlota Villela, que já tinha passado por diversos cargos na sociedade *Ave Libertas*, atuou também como oradora e, na ocasião, fez um discurso em uma manifestação pública que comemorava a eleição de Joaquim Nabuco. A nota mostra ainda que o evento contou com ao menos seis mil pessoas. O ato da militante, assim como outras ações da sociedade, deu destaque para o ativismo feminino, mostrando sua existência para a população que estava nas ruas.

Além das vozes e ideias femininas, seus símbolos, igualmente, estavam presentes nos espaços urbanos, como notamos na notícia de um evento em homenagem a José Bonifácio, realizado em um teatro, em que, ao retratar a decoração, é relatado:

Sobre o pedestal elevava-se uma pyramide truncada, tendo sobre uma estrella radiante a legenda – Verdade e justiça. A pyramide era ladeada pelos estandartes das associações abolicionistas – Comissão Central Emancipadora, *Ave Libertas*, Club Abolicionista e Nova Emancipadora, e o estandarte nacional

² Sociedade abolicionista, fundada em 20 de abril de 1884 na cidade do Recife, voltada para o público feminino, mas com participação ampla de membros masculinos. A associação foi dirigida exclusivamente por mulheres, que se empenharam na causa abolicionista e tinham o objetivo de libertar os escravizados da capital. Efetivaram ações legais e ilegais junto aos grupos abolicionistas pernambucanos, ajudando a impulsionar o movimento no final da década de 1880.

desfraldada na parte anterior, formando um trophéo de bandeiras (A província do Espírito Santo, p. 4, 1886, grifo próprio).

Como podemos reparar, o estandarte da sociedade abolicionista *Ave Libertas* é ressaltado entre tantos outros, destacando-se entre as bandeiras das associações abolicionistas pernambucanas. Estar presente em diversos lugares e diferentes eventos ampliou a ocupação de espaços por essas mulheres ativistas, assim como suas sociabilidades no âmbito da vida pública.

Colocando-se nessas novas relações com o público e com os lugares, as militantes construíram relações sociais em diferentes ambientes, o que se deu também a partir de uma nova cultura política, construída por meio de pensamentos de grupos antes afastados da política institucional. Serge Berstein (1998) considera o conceito de Cultura Política como um fenômeno evolutivo que difunde representações até sua normalização. Sobre o surgimento dessas culturas ele afirma:

A complexidade do fenômeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações (Berstein, 1998, p. 355).

Isso significa que, ao percorrer pelos processos históricos, as populações acumulam, em seu imaginário, representações que acabam guiando o futuro social e político. Expresso em outros termos, a vida cotidiana, os regimes políticos, os desejos, os símbolos e as ideias debatidas e difundidas sobre a população acabam por influenciar as decisões e soluções das sociedades. De certa maneira, nessa perspectiva, o cultural formaria uma base para o político, dinâmica que se sucede e modifica-se ao longo do tempo. Dessa forma, se a cultura política é construída através da complexidade das ações humanas e os vários parâmetros existentes nas sociabilidades, quando se observa e se apropria de novas atividades, surge então uma nova forma de fazer política. (Berstein, 1998, p. 350).

Assim posto, o uso dos espaços urbanos para a construção dessa cultura política abolicionista, junto com outros símbolos e elementos do movimento antiescravista, criou uma estrutura simbólica que alimentou esse ativismo. Em toda a mobilização nacional podemos observar a utilização de elementos que moldaram as dinâmicas políticas, como

o uso dos teatros, a adoção de símbolos e a propaganda impressa, um modo capaz de aproximar diferentes tipos de pessoas e caracterizar a militância.³

As mudanças sociais que o movimento queria, como a participação popular, a liberdade para os escravizados e políticas que facilitassem o futuro dos libertos, podiam ser explicadas também pelos símbolos, ou ganhavam significados e importância através dos seus característicos eventos. Assim como nas grandes revoluções foi preciso politizar o cotidiano (Hunt, 2007, p. 81). Para isso, os ativistas tentaram marcar a vida pública e privada dos seus apoiadores, deixando os sinais da causa em suas roupas e até em suas casas.

Para ser abolicionista, não bastava apenas afirmar seu apoio, era preciso mostrar e engajar-se na mobilização ou, ao menos, representar as ideias do movimento com suas ações. Portanto, o dia a dia era importante para evidenciar os apoiadores, os quais sabiam da importância de participar de uma associação, presenciar os eventos, fazer doações para as atividades e conversar sobre o trabalho escravo nos mais variados momentos e lugares. Essas ações ficaram cada vez mais habituais, já que a escravidão estava em toda parte e a causa abolicionista também ganhava cada vez mais espaço.

Eduardo Silva (2003) fez um estudo sobre o uso das camélias, flores que ganharam significado pelos abolicionistas cariocas, os quais relacionavam a liberdade com a flor que era plantada no quilombo do Leblon, rara, especial e carente de manutenção. O símbolo logo se tornou poderoso nacionalmente, ramalhetes eram entregues nas cerimônias, homens e mulheres utilizavam como acessórios em suas roupas, servindo, inclusive, como uma espécie de código de identificação, grandes líderes e, até mesmo, a família imperial teria adotado esse e outros símbolos para aproximar-se da causa. Assim, os elementos materiais ganharam uma função simbólica que se somou à identidade característica da mobilização abolicionista.

Apesar das camélias tornarem-se importantes simbolicamente também fora do Rio de Janeiro, não encontramos vestígios concretos de que essa flor foi usada nas atividades abolicionistas em Pernambuco. Entretanto, as flores em geral marcaram presença tanto nas decorações festivas, como em algumas atividades da *Ave Libertas*. Encontramos a formação de comissões em que algumas senhoras pretendiam vender ramalhetes (Jornal do Recife, 1884, p. 1), provavelmente, para arrecadar dinheiro. Mesmo que aparente ser uma ação mais pragmática, podemos encarar a escolha das flores como produto simbólico de uma mobilização pautada em metáforas e filosofias figurativas.

³ Essa mobilização nacional pode ser evidenciada em diversos trabalhos historiográficos, como os que dissertam sobre o início da teatralização do movimento no Rio de Janeiro (Alonso, 2012.) e também os estudos sobre a libertação de territórios ocorrida no Ceará, estratégia em que os abolicionistas ocuparam os espaços cearenses gradativamente, até o fim do trabalho escravo na província. (Castilho, 2016).

Desse modo, percebemos que a cultura política do movimento abolicionista utilizou, do mesmo modo, de uma cultura material, que serviu como instrumento para as representações do ativismo. Cientes de que o meio cultural era um caminho profícuo, as ativistas seguiram criando uma identidade para a mobilização.

Em uma publicação do Jornal do Recife de 1884, encontramos um comunicado da *Ave Libertas* com o seguinte pedido:

A directoria da *Ave Libertas*, roga aos habitantes desta cidade, especialmente aos sinceros abolicionistas, que no dia 28 do corrente, anniversario da lei humanitária do benemérito Visconde de Rio Branco, armem as frentes de suas casas com bandeiras e luminárias, em signal de adesão a santa causa da extinção da escravatura (Jornal do Recife, p. 2, 1884).

A ocasião a ser comemorada seria os 13 anos da Lei do Ventre Livre, datada de 28 de setembro de 1871, que foi, sem dúvidas, um grande marco e um impulsionador para a mobilização antiescravista. Neste sentido, os militantes sempre tentavam valorizar as datas de conquistas importantes. Como grandes representantes do abolicionismo na cidade, a associação feminina convocou os cidadãos a iluminar e decorar suas casas, incentivando seus apoiadores. Esse ato serviria para celebrar, mas também para mostrar o tamanho do apoio que a causa angariou na cidade. Ao imaginarmos ruas com casas iluminadas e enfeitadas, percebemos a concepção que o movimento queria produzir com o seu simbolismo, o de um ativismo festivo, alegre e otimista, criando marcas visuais e temporais.

A nota jornalística trazida mostra ainda o otimismo das abolicionistas, uma vez que, elas afirmam que a ideia seria bem acolhida, o que evidencia o reconhecimento da associação, assim como a abertura dos apoiadores e dos militantes que, aparentemente, mostravam-se dispostos a construir e realizar juntos essa identidade política.

As comemorações e festejos relacionados à política não eram novidades na capital pernambucana. A historiadora Lídia Santos (2018, p. 49) relata, em seus estudos, que desde a primeira metade do século XIX, os pernambucanos realizavam atos com cortejos, músicas, luminárias e bandeirolas, após notícias importantes e conquistas.

Com isso, notamos, mais uma vez, o uso de elementos materiais já conhecidos pela população, como bandeiras e luminárias, componentes de eventos festivos que o movimento também se apropriou, utilizando elementos usuais para ambientar os sujeitos que delas participavam. Assim, buscava aproximar as ações e particularidades da mobilização com o cotidiano das pessoas, articulando as zonas de contato entre espaços públicos e privados, como as ruas, as portas e as fachadas das casas.

Essas atividades que marcavam os espaços urbanos e sociais ajudavam a fortalecer e construir ideias em torno da mobilização, importante para a consolidação das novas formas de fazer política, já que o abolicionismo tinha ainda que ultrapassar um sistema consistente e disseminar concepções, que, muitas vezes, estavam na contramão do que aquela sociedade viveu e acreditou por um determinado tempo. Logo, os militantes organizaram um processo de normalização das novas dinâmicas políticas, realizado de forma gradual e ocupando o dia a dia dos indivíduos.

Diferentes elementos conquistavam públicos diversos, assim também aconteceu com os espaços, por isso, o movimento antiescravista organizou manifestações públicas em ambientes fechados, como teatros e circos, mas também tratou de ocupar os locais abertos como as praças e ruas das cidades, da mesma forma que, tentou adentrar nas casas de seus apoiadores. É notável que as mulheres recifenses engajadas no movimento abolicionista, ademais, alimentaram essa cultura, incentivando a adoção dessa linguagem simbólica e a ocupação desses lugares.

Sendo assim, a mobilização movimentou a vida social e usou práticas culturais para atingir as sociabilidades. Ao envolver o ativismo com os hábitos cotidianos, os abolicionistas começaram a alterar o imaginário cercado pela presença da escravidão, além de trazer ideias de participação popular e cidadania. Analisando essa trajetória, Celso Castilho (2016) afirma que “o abolicionismo fomentou a ‘política de massas’ em nível nacional”.

Esse incentivo ao envolvimento das massas culminou em uma pluralidade de grupos e ações, além de promover diversas discussões políticas, de modo que esse cenário permite caracterizar o abolicionismo como o primeiro movimento social brasileiro, segundo Angela Alonso (2014, p. 122).

A sociedade *Ave Libertas* nas ruas e nos teatros

Após a criação da sociedade feminina *Ave Libertas* em 1884, as mulheres engajadas do Recife, imediatamente realizaram cerimônias festivas, que eram preparadas em diversas reuniões ocorridas em sua sede, inicialmente, instalada em um sobrado na Rua do Imperador, sendo transferida, em seguida, para o segundo andar de uma casa pertencente à presidente eleita da associação, D. Leonor Porto⁴. Essa segunda instalação era localizada na Rua Larga do Rosário. Ambas as sedes ficavam no Bairro de Santo

⁴ D. Leonor Porto era costureira do estilo modista, que replicava a moda parisiense, ganhou popularidade na capital pernambucana e recebeu muitas homenagens entre os abolicionistas. Em anúncios dos seus serviços, podemos constatar o mesmo endereço de sua casa e da secretaria da associação *Ave Libertas*. Anúncio da costureira em: Diário de Pernambuco, p. 5, 1883; convite da sociedade: Jornal do Recife, p. 3, 1884.

Antônio, local com muitos estabelecimentos comerciais e a maior parte das repartições públicas. Além dos espaços de movimentação e comunicação como as sedes de jornais, travessas, praças, igrejas e largos.

Ademais, atentamos que, historicamente, as mulheres eram apartadas das ruas, ficando reclusas aos domicílios, exceto para as escravizadas, forras ou livres pobres que trabalhavam fora das casas (Silva M, 2003, p. 4). Entretanto, na segunda metade do século XIX, a presença feminina oriunda das classes dominantes ficou mais frequente nos espaços públicos. Esse fato foi despertado pela nova civilidade buscada pelos recifenses, que popularizou passeios, visitas e bailes inspirados nos hábitos europeus (Da Silva, 2011, p. 220).

Segundo Gonçalves (2020, p. 54), a moda, da mesma forma, sugeriu e impulsionou uma autonomia feminina através do consumo, os jornais oitocentistas voltados para mulheres incentivavam que elas mesmas saíssem de suas casas e fossem comprar nos armazéns seus tecidos e peças de roupas, ao invés de pedir para que uma figura masculina da casa fizesse esse papel. O mundo da moda cada vez mais próximo da feminilidade possibilitou uma maior inserção de moças e senhoras das elites e das camadas médias no espaço público. Com os novos lugares ocupados, novos modelos de roupas também foram sendo adotados, incluindo roupas ditas femininas que se mesclaram com o vestuário masculino, a fim de dar mais praticidade para o cotidiano sem perder a elegância.

Essas mudanças ajudaram as abolicionistas a ocuparem lugares como os teatros, nos quais as sócias da *Ave Libertas* ganharam cada vez mais autonomia. Ao longo dos anos, a associação foi responsável por diversas exibições de dramas, concertos orquestrais e recitações de poesias. Normalmente, as atrações retratavam a vida dos escravizados e tinham também alguns espetáculos de comédia e dramas da literatura europeia. Dessa forma, as moças e senhoras não se distanciavam da elite e dos espaços acessíveis às “mulheres de família”.

O espaço do teatro, por exemplo, era um dos mais importantes locais de sociabilidade, era nas dependências do Teatro de Santa Isabel que as famílias aristocratas encontraram o divertimento adequado: cantatas, óperas, peças e apresentações extraordinárias. Os encontros ocorridos em seu salão principal eram responsáveis por lançamentos de modas, flertes, encontros políticos etc. (Da Silva, 2011, p. 222).

Historicamente, os espaços teatrais além de construir relações sociais, promovem trocas políticas, com pensamentos e concepções expostas dentro e fora dos palcos. Sendo assim, para além das exibições artísticas, o movimento de ir ao teatro, no século

XIX, resultou em um convívio social entranhado com a política, transformando a sociedade junto a uma modernidade iminente.

A maioria dos anúncios da *Ave Libertas* nos periódicos aponta o uso do Teatro de Santa Isabel e o Teatro Santo Antônio, que foram palco de muitos festivais, os recintos eram comumente iluminados e enfeitados com flores e bandeiras.⁵ A decoração típica dessas manifestações festivas abolicionistas tinha motivo para ser organizada, o uso de cada objeto acusava uma afirmação do posicionamento político, os detalhes dispostos nos salões e nas ruas representavam os princípios do abolicionismo (Santos, 2014, p. 62).

Com o sucesso dos festivais da sociedade feminina, logo as mulheres abolicionistas passaram a organizar manifestações em espaços abertos ou em locais não elitizados, em vista disso, encontramos notícias em que a associação anunciou um espetáculo em um circo:

Circo equestre – É em benefício da sociedade abolicionista *Ave Libertas* o espectáculo anunciado para hoje, no circo ao largo do Arsenal de Guerra, e no qual as companhias reunidas dos Srs. João Gomes e Paulo Serino exhibirão os seus melhores trabalhos.

O Exm. Sr. Presidente da província e os Srs. Drs. José Marianno e Joaquim Nabuco prometteram assistir a essa função, incontestavelmente digna de attrahir a concurrencia publica, a vista do generoso fim a que se destina (Jornal do Recife, p. 1, 1884).

Na nota podemos observar a organização de uma exibição circense no Largo do Arsenal de Guerra, localizado no Bairro do Recife, ponto mercantil da cidade, constituído por casas de comércio, bancos e associações comerciais (Figueiredo, 1975). O espetáculo contaria com a presença de figuras famosas do abolicionismo, José Mariano e Joaquim Nabuco, anunciados como artifício para atrair participação pública, entretanto, imaginamos que o circo não atraia o mesmo público presente nos teatros, já que o repertório era menos solenizado, com atrações mais ousadas, sem as dramaturgias sérias das casas de espetáculo (Silva, 2007, p. 75). Além disso, a localidade do evento, relatada no anúncio, pode nos mostrar uma estratégia do grupo feminino para levar a mobilização aos indivíduos distantes do centro político da cidade, já que muitos trabalhadores do comércio, carregadores e operários do porto, que conviviam naquele espaço, poderiam despertar o interesse em assistir ao circo. Por conseguinte, o desejo de divertir-se acabava se transformando, mesmo que involuntariamente, no aprendizado das ideias contra a escravidão.

⁵ Podemos ver o uso dos ornamentos citados em uma programação de espetáculo no Teatro Santo Antônio em benefício da Sociedade *Ave Libertas* em: Jornal do Recife, p. 3, 1884.

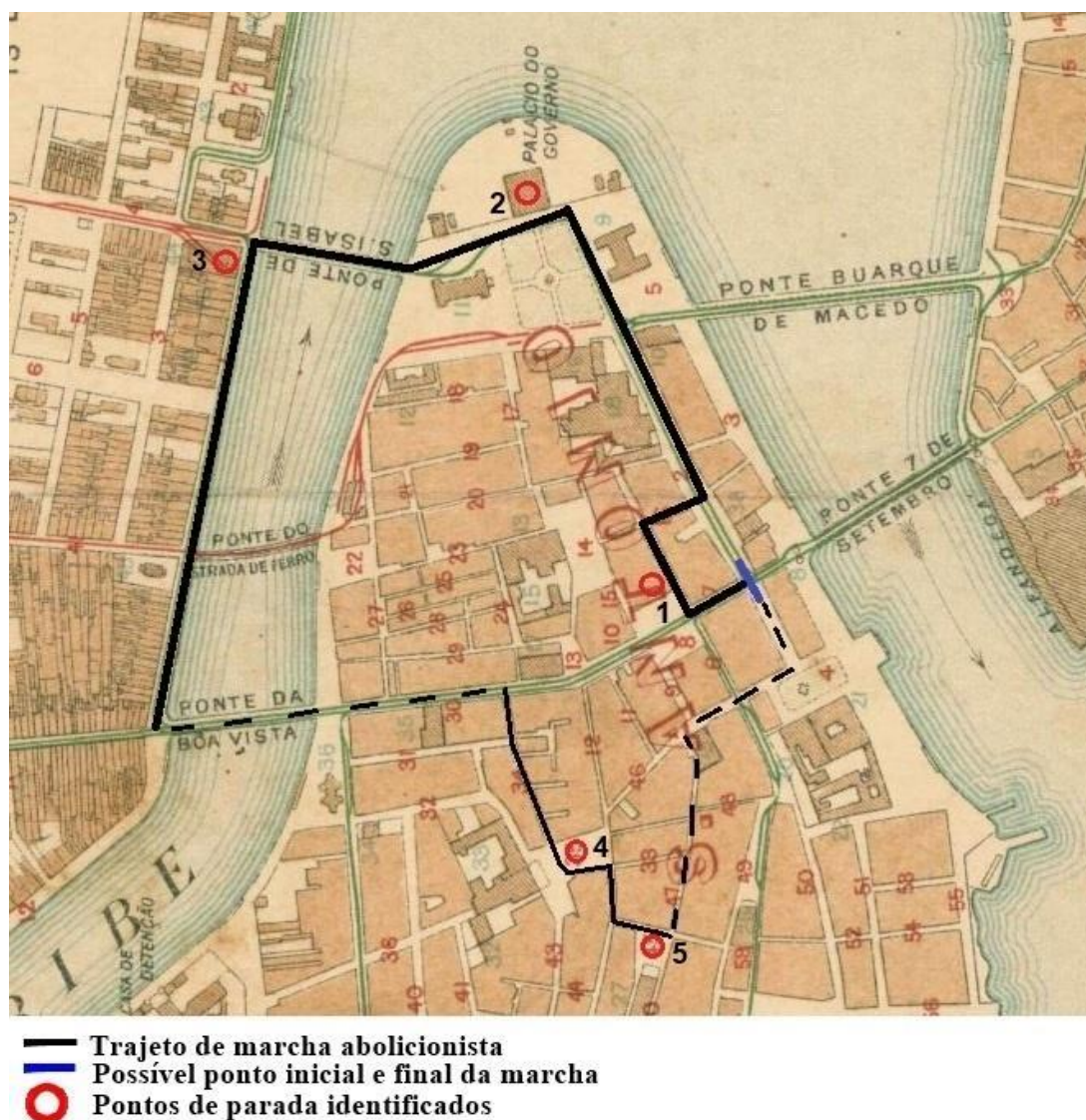
Dessa forma, notamos que diferentes espaços conquistavam públicos distintos, afinal as formas de sociabilidade mudam a partir das particularidades de cada evento. Nas ruas, essas diferenças reuniam-se, podiam ser vistas nas manifestações, que ocorriam nas principais vias dos bairros centrais, diversos grupos aliados à causa antiescravista.

A sociedade *Ave Libertas* também organizou e conduziu algumas das grandes passeatas que uniam as forças das associações recifenses para as causas do movimento, como nas campanhas eleitorais e comemorações dos seus resultados. Localizamos, em uma nota jornalística, que uma de suas sedes, localizada na Rua do Imperador, foi ponto de saída de passeatas, as quais eram guiadas pelas senhoras abolicionistas que levavam seu estandarte (pendão) junto com membros de outras associações, além da banda musical. (Diário de Pernambuco, 1885, p. 3)

A publicação em questão apresenta-nos detalhes de uma marcha iluminada com lanternas ou tochas, nomeadas de *marche aux fambleaux*, que eram passeatas noturnas feitas para dar destaque às luzes. A manifestação foi em homenagem a Joaquim Nabuco como reconhecimento pelo seu papel como deputado.

Para destacar e analisar o uso dos espaços urbanos nessas caminhadas, reconstruímos, na Imagem 1, o trajeto da marcha de julho de 1885, a partir do detalhamento nos jornais. O ponto de partida foi a sede da *Ave Libertas* na Rua do Imperador, da qual não sabemos a localização exata. Destacamos em azul uma parte da via para indicar o início da passeata. O circuito começou com muitos fogos e foi em direção ao escritório do Diário de Pernambuco (1), que teria servido de espaço de parada para, provavelmente, saudações e manifestações, no local também houve discursos e vivas, com palavras de euforia, e, em seguida, os participantes foram em direção ao palácio da presidência da província, na parte superior da imagem (2).

Imagem 1. Percurso de Passeata abolicionista.



Fonte: Adaptado do Acervo iconográfico da COMPESA, Sir Charles Douglas Fox, Planta da Cidade do Recife, 1:10,000. 1906.

Entre exaltações e ovações, a marcha seguiu para a ponte Santa Isabel em direção à Rua da Aurora, onde foi saudada a secretaria de polícia (3). Seguiram então até a ponte da Boa Vista, alguns discursos foram ouvidos no caminho até o pátio do Carmo (4), depois, foi feita uma parada em mais uma tipografia, do periódico Rebate, a qual não localizamos com exatidão. Em seguida, o cortejo foi para o pátio de São Pedro (5), até voltar para a rua inicial da caminhada com paradas no escritório do Jornal do Recife e

novamente nas instalações da sociedade *Ave Libertas*, a qual apresentava uma varanda que já teria sido palco de muitos discursos.⁶

A partir das informações, notamos que a organização do evento selecionou pontos importantes para compor o trajeto do passeio, como o palácio do governo e a secretaria de Polícia, além das residências de figuras respeitáveis, os quais teriam discursado e agradecido os ativistas pela consideração. O cortejo passaria ainda por tipografias, como a sede do Diário de Pernambuco, do Rebate e do Jornal do Recife, as quais priorizavam localidades no centro do poder político, pois precisavam ficar perto dos espaços em que a movimentação pública acontecia, além disso, esses lugares eram os destinos das principais notícias da província e de outras regiões.

Além de reconhecer a importância da imprensa, as escolhas das associadas também serviriam para dar destaque à manifestação nas edições jornalísticas. Somando-se ao fato de que era importante ser prestigiado por figuras de renome e relevância para a comunicação da cidade. O Diário, inclusive, agradeceu publicamente a visita, ao relatar sobre a marcha no jornal. (Diário de Pernambuco, 1885, p. 3)

O editorial indica ainda que a passeata seguiu sempre “em boa ordem”, sendo que, com isso, podemos evidenciar uma atenção que os militantes tinham em demonstrar uma pacificidade, a qual teria ocorrido na manifestação, o que pode ser um indicativo de que o movimento também se importou em mostrar-se familiar e convidativo, inclusive para mulheres. Além disso, essa caracterização aponta uma certa ideia de respeitabilidade, envolvendo as abolicionistas em um padrão de honra, assim como ocorreu nas narrativas sobre as rebeldes participantes das lutas pelas independências na América Latina, Maria Lígia Prado (1999, p. 46) afirma que suas biografias muitas vezes retrata um ideário de mulher, destacando a generosidade, a modéstia e o altruísmo, negando o engajamento ativo delas.

Nessa perspectiva, apresentar moças e senhoras da elite à frente da passeata já destaca como a mobilização queria mostrar-se pacífica e legítima. A edição do Jornal do Recife ao relatar a pacificidade ainda aponta que “muito recomenda a índole dos manifestantes” (Jornal do Recife, 1885, p. 1), reafirmando como a passeata e os seus participantes foram ordeiros e preocupados com o uso civilizado dos espaços públicos da cidade.

A expressão “boa ordem”, ademais, sinaliza a preocupação com a estética das manifestações nas ruas. Constatamos que assim como os teatros decorados, as cerimônias externas apresentavam-se festivas, com a iluminação das lanternas coloridas

⁶ Podem ser encontrados os relatos dos discursos na varanda da *Ave Libertas* em: Jornal do Recife, p. 1, 1885.

nas ruas e casas, e atrativas, com a banda musical que animava o cortejo. Os abolicionistas criaram uma identidade para a cidade a partir da publicidade desses eventos, além de construir memórias que são elementos essenciais para a identidade de um lugar. (Abreu, 1998, p. 10)

Como podemos constatar, além dos elementos concretos e visuais, os aspectos mais sensoriais também foram símbolos do abolicionismo, como a música. As festas tornaram-se grandes palcos para os discursos e ensinamentos, visto que o abolicionismo utilizou isso para transmitir mensagens, essa mobilização ritualizou esses eventos, os quais eram organizados com diversas composições e hinos, que iniciavam e encerravam as cerimônias. Combinava-se, assim, festa, música e propaganda (Costa, 2016, p. 124).

Tradições de ritos religiosos e desfiles cívicos e militares foram ressignificados nas atuações do movimento abolicionista. Manuela Areias Costa analisa ainda como a música foi porta de entrada para artistas negros, além de conquistar uma parte do público que foi “[...] preso pela audição” (Costa, 2016, p. 128). O meio artístico também levou muitas mulheres para o centro das organizações dos eventos da mobilização.

Esses novos públicos angariados mostram como os elementos culturais conseguiram somar as diferenças dos diversos grupos sociais, facilitando a expansão desse movimento social em nível regional e nacional. Esse processo, que utilizou práticas culturais e sociais como ferramenta política, formou uma nova identificação com a sociedade, a qual se aproximou das discussões públicas, criando interesse pelos protestos, mudanças e decisões políticas.

Dessa maneira, a prática política foi ressignificada juntamente com os elementos que se tornaram formas simbólicas, assim como em outros momentos da história. A exemplo, temos a própria Revolução Francesa, que mostrou a importância das identidades dos movimentos que buscaram alterações nos sistemas sociais e políticos, os quais contestaram os símbolos vigentes e instauraram novos emblemas que expressam seus ideais e princípios (Hunt, 2007, p. 78).

As decorações, igualmente, foram ressignificadas e apropriadas pela Revolução Francesa, como a adoção das cocardas, espécies de laços tricolores que enfeitaram as manifestações dos revolucionários republicanos, incluindo as suas vestimentas. Na França, assim que os símbolos provavam sua popularidade ficavam mais oficiais em seus rituais. “As cercas, os decretos e a incorporação desses símbolos às cerimônias e festivais oficiais marcaram o disciplinamento das novas formas de poder popular” (Hunt, 2007, p. 84). O movimento abolicionista, por sua vez, adotou características simbólicas, como as bandeirolas aqui citadas e os estandartes das associações, os ativistas queriam, dessa forma, destacar-se e criar uma identificação para o movimento.

Além da ressignificação de símbolos, o movimento abolicionista também usufruiu das utilidades proveitosas da imprensa. Sendo um dos únicos meios de comunicação, os elementos tipográficos, como os folhetos, passaram a dar voz aos grupos e indivíduos. Tanto abolicionistas quanto escravistas faziam suas divulgações impressas e, muitas vezes, protagonizaram debates e confrontos em suas publicações. Por isso, muitos aspectos devem ser levados em conta ao analisar os jornais da época, pois:

[...] os impressos, suas ideias e informações relacionavam-se de forma dinâmica com a sociedade, circulavam, eram repetidos e podiam ser reapropriados. As fronteiras e definições entre grupos políticos e seus vocabulários, o perfil de formadores de opinião e a circulação de vozes e clamores pelas ruas divulgam outras dimensões do que chamamos aqui de transformação dos espaços públicos (Morel Barros, 2003, p. 44).

Em outras palavras, por trás das tipografias, existiam motivações e os escritores envolviam seus leitores a fim de disseminar suas convicções. Dessa forma, a imprensa ajudou também nesse processo de alteração dos espaços sociais, já que suas informações eram dinâmicas e circulavam pelas ruas. Os eventos abolicionistas eram anunciados nos periódicos, assim como os discursos e acontecimentos eram detalhados. A conquista de um público plural pelo movimento abolicionista teve, ademais, a contribuição de uma utilização efetiva dos jornais, pois seus líderes aproveitaram as transformações da comunicação que estavam se operando no império (Machado, 2003). Desse modo, o uso da imprensa foi mais uma prática abolicionista que auxiliou na expansão do movimento.

As mudanças sociais e as formas de atuação antiescravista no final do século XIX, exemplificam como o movimento abolicionista trouxe sua mobilização para a cidade, sem limitar o debate aos espaços formais da política. As passeatas, os eventos, as suas divulgações e a presença feminina, de certo modo, davam novas formas aos lugares urbanos e contribuíram para a história da cidade, visto que “a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço” (Abreu, 1998, p. 17).

Assim sendo, é notório que a participação feminina na mobilização antiescravista utilizou as localidades urbanas da cidade do Recife, promovendo sociabilidades, sensibilização pública e identificação, colaborando, dessa maneira, para a formação da memória histórica da capital pernambucana.

Os homens e as mulheres abolicionistas valorizavam cada conquista e tentaram perpetuar suas ações com diversas homenagens. Retratos dos seus líderes eram destacados nas cerimônias e em espaços do cotidiano, em vitrines de lojas e bibliotecas.

Para exemplo, temos o envio de um quadro com retratos da diretoria da Sociedade *Ave Libertas*, que o próprio grupo enviou para a Confederação Abolicionista, associação importante na corte, as imagens ficaram expostas na Rua do Ouvidor, uma das mais antigas e importantes ruas do Rio de Janeiro (Jornal do Recife, 1885, p. 1). Nessa rua, localizava-se a maioria dos jornais cariocas e era o lugar para o qual se dirigia grande parte da população em busca de notícias.

Além disso, eventos nos teatros eram realizados em nome dos prestigiados ativistas, nos anúncios da sociedade feminina podemos ver que alguns festivais foram dedicados à Leonor Porto, ou outras cerimônias e passeatas que homenageavam Joaquim Nabuco. Essa maneira de evidenciar os apoiadores e as apoiadoras também foi uma forma de chamar atenção e incentivar o engajamento.

Ao venerar as ações desses e dessas personagens, os militantes mostravam para a população que as atividades abolicionistas tinham certo reconhecimento, magnitude e valor social. Ademais, essas reverências e culto aos seus representantes deixavam a causa abolicionista com mais evidência, criando uma memória histórica e uma popularidade que poderia ser almejada por muitos grupos sociais.

Com isso, foram criados ainda diversos documentos organizados para valorizar os participantes e emancipacionistas, como o Livro de ouro criado no Rio de Janeiro, que serviu para registrar os nomes daqueles que contribuíram para os fundos de emancipação (Mattos, 2011), o qual logo espalhou-se e tornou-se em algumas províncias, um símbolo de resistência política. Logo, o emblema foi popularizado nas cerimônias de libertação, documentando os nomes dos libertos e dos que cooperaram para as manumissões (Cowling; Castilho, 2010).

Assim, já conseguimos constatar que o ativismo formulado no fim do século XIX, criou uma atmosfera pública que tinha a participação de diversos agentes sociais e alcançava as ruas, o que, de fato, ainda influenciou muitas outras pautas e as novas formas de pensar politicamente, que foram aprimoradas ao longo do tempo. Esse alcance e crescimento do movimento mostrou a importância de mobilizar diversos públicos e demonstrar para a sociedade as ideias sobre mudanças sociais, resultado de uma cultura que resistiu por muito tempo na política brasileira.

Outrossim, a disseminação de ideias abolicionistas em variados espaços sociais, igualmente, impulsionou pensamentos divergentes e novos mecanismos políticos que agitaram os militantes e instigaram as associações a conseguirem conquistas ainda mais edificantes e concretas. A esperança e a força política que o movimento abolicionista demonstrava incentivou muitos grupos a encontrar estratégias legais e ilegais em busca de liberdades, por meio de brechas nas leis, ou até fugas organizadas. A mobilização

estava em toda parte desordenando as instituições públicas e animando o espírito da reação popular.

As novas práticas pulsadas por esse movimento alteraram as normas de cidadania no final do império, grupos populares somaram-se com a mobilização, o que foi essencial para combater o contramovimento que se fortalecia, principalmente nas províncias que apresentavam um escravismo mais incidente. Esse apoio popular ajudou, até mesmo, nas eleições, em que se foi ganhando representação abolicionista pouco a pouco. Com conquistas graduais, o abolicionismo fez-se presente na história e nas formas de fazer-se política.

A cultura política estabelecida pelo abolicionismo concretizou os caminhos para a abolição, projeto que acabou sendo o resultado da união de forças populares, nacionalização e imersão no sistema governamental. Certificava-se, pois, a relevância dos novos símbolos estabelecidos pela mobilização antiescravista.

Por isso, analisar os comportamentos políticos dos homens e mulheres ao longo daquelas décadas ressalta como um movimento social, que iniciou com atividades elitistas, conseguiu modificar as dinâmicas públicas no império brasileiro, não apenas daqueles que já detinham o poder, mas incluindo grupo de pessoas que por muito tempo estiveram distantes da administração governamental ou longe da evidência pública, porém tinham desejos de participação e consciência dos direitos e deveres. Criou-se, por conseguinte, uma nova cultura política com uma abrangência necessária para atingir as ruas e, conseqüentemente, as vozes dispersas na sociedade.

Com a utilização dos espaços urbanos, o debate sobre o fim da escravidão estava em todos os lugares, já que o trabalho escravo também estava entranhado em toda parte, nas ruas, nas praças, nos teatros e, também, nas discussões de homens e mulheres das mais variadas classes. Assim, o movimento abolicionista se perpetuaria, do mesmo modo, nos elementos da cidade, atualmente algumas ruas carregam o nome de figuras importantes da mobilização antiescravista.

Inclusive, a ativista pernambucana, Dona Leonor Porto, tem o seu nome em uma rua no bairro de Santo Amaro no Recife e em uma escola no município de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife. Com esses indicativos, podemos assegurar e constatar que o movimento abolicionista fez-se presente na história da cidade do Recife, evidenciando como esses aspectos exemplificam que as vivências nas cidades transpassam as épocas e marcam as memórias dos lugares.

É importante salientar que o silenciamento da participação feminina ou a falta de valorização das atividades antiescravistas lideradas por mulheres também atingiu a criação dessa memória abolicionista, uma vez que, em Pernambuco, apenas Leonor Porto

está presente em nomes de vias ou instituições. Por sua vez, um grande número de ruas e lugares públicos recifenses foi nomeado com as alcunhas dos militantes masculinos pernambucanos. Podemos citar aqui a Rua Joaquim Nabuco e a Rua João Ramos no Bairro das Graças; a Rua Dr. José Mariano no Bairro Boa Vista; a Rua Numa Pompilio no Bairro de Santo Amaro; Rua Barros Sobrinho no Bairro de Areias, entre outras.

Com isso, constatamos que a hierarquia de gênero, igualmente, atingiu o período pós-abolição e o processo de concretização das memórias abolicionistas, assim como fez com a própria participação política dos indivíduos. Os obstáculos criados a partir das construções sociais de gênero alcançaram e ainda interferem nos meios políticos brasileiros, dificultando o acesso e a participação dos indivíduos, como também outros aspectos sociais e concepções excludentes.

A notabilidade e os interesses das abolicionistas

O movimento abolicionista em Pernambuco esteve comprometido por redes de sociabilidades familiares, que envolviam homens e mulheres determinados a lutar pela causa antiescravista, essa teia familiar e outros elementos ajudaram a participação feminina, colocando, assim, as militantes em espaços políticos ocupados normalmente pelos homens brancos, como as diretorias de associações.

Em contrapartida, vale indagar quais eram as reais intenções das moças e senhoras ao participar de um movimento político e o que, de fato, essas militantes receberam em troca desse esforço e engajamento. A participação feminina, ao contrário do que muitos textos da época queriam mostrar, não foi apenas causada pelos generosos corações das mulheres oitocentistas, provavelmente as ativistas tinham interesse em realmente participar do debate político que se instaurava e, assim, conseguir espaço em outras pautas políticas.

As abolicionistas tinham noção do afastamento do gênero feminino da política e poderiam imaginar que suas ações no movimento tivessem condições de alguma forma criar um caminho para outras possibilidades de ação na esfera pública. Para isso, elas precisavam ganhar reconhecimento e mostrar que podiam também atuar nos espaços públicos e administrativos.⁷

A comunidade abolicionista recifense, em sua maioria, formada por homens, aos poucos, apoiou e reconheceu o trabalho das moças e senhoras, as quais eram sempre

⁷ Algumas virtudes estavam associadas às mulheres no século XIX, como benemerência, bondade e até a própria maternidade. Assim, a visão sobre feminilidade tornava-se empecilho para a atuação política de moças e senhoras. As abolicionistas sabiam dos obstáculos que precisavam ultrapassar para a concretização um engajamento na vida pública, na primeira sessão da *Ave Libertas*, a primeira secretária cita essas barreiras e fala da importância de persistir e prosseguir na luta para mostrar as capacidades femininas (Jornal do Recife, p. 2, 1884).

citadas em eventos de outros grupos, reverenciadas pelas suas conquistas e prestigiadas por grandes abolicionistas. Como exemplo, Joaquim Nabuco e José Mariano que teriam visitado as instalações da *Ave Libertas*, assim como presenciado eventos da associação.

A liderança da sociedade *Ave Libertas* nas organizações dos grandes eventos, os quais tinham a participação de diversas associações antiescravistas de Pernambuco, como na passeata aqui analisada, demonstra que as ativistas tiveram um trabalho notável que abrilhantou a mobilização pernambucana, tornando-se espelho para muitos grupos.

Essa notabilidade resultou em uma popularidade, muitas vezes, revelada em ações registradas nos jornais. Uma admiração declarada pelos indivíduos abolicionistas seja para todo o grupo feminino e suas atividades ou para personalidades femininas específicas. Neste caso, principalmente, sua matrona, Leonor Porto, que foi agraciada diversas vezes com demonstrações de respeito e veneração. Observamos esse enaltecimento em algumas notas, como nesse trecho, em que é evidenciado uma exposição de um retrato da modista e militante realizada em uma livraria:

Retrato – Na vitrine da Livraria Franceza acha-se esposto um retrato à nankin da Exma. Sra. D. Leonor Porto, presidente da Sociedade Ave Libertas, trabalho do Sr. Vera Cruz, que o vai oferecer àquella senhora. É mais um atestado do mérito artístico do Sr. Vera Cruz (Diário de Pernambuco, p. 3, 1885.)

Verifica-se que a abolicionista era prestigiada por artistas que queriam presentear-lá com seus desenhos, poemas e pinturas, como um ato de gratidão pela sua atuação política em torno da luta pelo fim da escravidão. Como nos mostra a nota jornalística citada, em que o desenhista Vera Cruz, antes de entregar o retrato para a costureira, expôs seu desenho em uma livraria, local de acesso para um público letrado, consumidor de livros e que, provavelmente, dispunha de poder aquisitivo, o qual poderia, com a exibição, admirar a militante, as ideias e as ações que sua imagem representava, além de comprar os desenhos do artista.

Ademais, as suas colegas e associadas, por sua vez, não mediam esforços para homenagear a presidente da sociedade, muitos eventos do grupo deram-se em seu nome e o jornal único da associação *Ave libertas* carregou, na capa, o rosto da senhora Leonor Porto (Jornal Ave Libertas, 1885). As moças e senhoras que participaram desse ativismo sabiam da importância da abolicionista, que demonstrava altivez, coragem e respeito em suas ações antiescravistas.

Com esse reconhecimento, a imagem da ativista supracitada passou a ser venerada por muitos grupos da comunidade abolicionista. Na imprensa, além da

sociedade *Ave Libertas*, encontramos outra tipografia/jornal que também utilizou seu retrato como capa.

Imagem 2. Capa do jornal A Ideia.



Fonte: Jornal A Ideia, Recife, n. 24, 13 ago. 1885, p. 1 – Biblioteca Nacional Digital.

O jornal abolicionista e republicano *A Ideia*, em sua vigésima quarta edição, homenageou D. Leonor Porto, trazendo seu rosto e textos, em uma “coluna de honra”, com artigos e poemas, que prestaram gratidão e que validaram as ações da abolicionista. As palavras dos jornalistas demonstram, além de tudo, uma veneração e coloca a modista como destaque do ativismo feminino em Pernambuco, como uma base sólida para o grupo *Ave Libertas*.

Salientamos que os anos em que Leonor Porto esteve à frente da associação foi o período que mais encontramos vestígios de eventos, conquistas e menções. Seu nome representava mais do que apenas uma diretora, era símbolo de um ativismo esperançoso e influente.

Assim, o prestígio da modista serviu, de igual forma, como firmamento do ativismo feminino e alargou as possibilidades da sociedade *Ave Libertas*. Não foi à toa que essa senhora foi eleita duas vezes como a presidente do grupo. Aliás, essas escolhas eram sempre bem-vistas pela comunidade escrava e abolicionista.

Em outra ocorrência jornalística, encontramos um texto que demonstra a importância e a aceitação em ter uma figura tão relevante no comando da associação:

Sr. Redactor – Queira V. S. dar publicidade a estas linhas, filhas de meu pobre coração.
Parabéns aos abolicionistas!
Parabéns a Pernambuco!
Parabéns ao Recife!
Parabéns à causa da abolição dos escravos!
A intrépida e nunca assás victoriada abolicionista D. Leonor Porto foi reeleita para o cargo de presidente da humanitária sociedade *Ave Libertas*.
Esta noticia encheu de júbilo os corações dos escravos oprimidos e fez correr lágrimas de gratidão pelas faces daqueles que a sua mão generosa e benfazeja conseguiu livrar das garras da escravidão!
Parabéns damos ainda à tão distincta brasileira e a todas as suas consócias que não podiam ter feito melhor e nem mais acertada escolha.
26 de agosto de 1885.

Uma Liberta.

(Jornal do Recife, p. 2, 1885.)

A publicação, que aparenta ser um texto de uma correspondência, foi assinada pelo codinome de “uma liberta”, não temos como afirmar que, de fato, o autor ou autora do artigo foi uma pessoa libertada da escravidão, mas o eu lírico traz a ideia de gratidão dos ex-escravizados, beneficiados pelo auxílio de abolicionistas, o que teria ocorrido através das ações da Leonor Porto. Além disso, a nota apresenta uma comemoração pela reeleição da presidente da *Ave Libertas*, o que demonstra que os líderes do movimento abolicionista queriam externar publicamente, além de relevância no meio social, um papel de esperança e impulsionador das conquistas antiescravistas.

Na publicação trazida, vemos ainda que as ações da sociedade feminina estão associadas a atividades humanitárias, e Leonor Porto, relacionada à generosidade. Talvez o reconhecimento das abolicionistas femininas estivesse sempre atrelado às virtudes da feminilidade. O papel maternal carregado pelo imaginário do gênero feminino deixou essa ideia de bondade no ativismo de mulheres.

Por esse motivo, as práticas das abolicionistas sempre eram associadas às atividades de caridade, entretanto, já evidenciamos que, ao longo dos anos, as militantes demonstraram que podiam agir politicamente, e transformaram essa natureza benevolente em justificativa para mobilização. Embora as brasileiras não tivessem investido em causas e movimentos de sufrágio e emancipação feminina, como as

militantes dos EUA e Grã-Bretanha, foi aberto o debate acerca da aptidão de mulheres na participação das discussões públicas (Kittleson, 2005, p. 100).

Um texto assinado por um homem de sobrenome Buxton, escrito em 1884, reforça características presas nas construções sociais que envolvem o gênero feminino, ao opinar que o abolicionismo precisava ser somado com as virtudes de mulheres como o amor e o encanto feminino, entretanto, o autor mostra-se favorável à participação ativa de mulheres. Para ele, esse engajamento serviria de “atestado do desenvolvimento intelectual das pernambucanas” e (Diário de Pernambuco, 1884, p. 3), e com isso, poderiam conquistar mais elementos que proporcionassem exercer funções nos ambientes sociais.

Logo, percebemos que, gradativamente, a conquista de aumentar as discussões sobre as capacidades femininas foi reconhecida também pelos homens abolicionistas, que começaram a apoiar as aspirações de mulheres que adentravam na vida pública. Portanto, o apoio foi se redirecionando para ideias mais políticas e não apenas moralistas. Afinal, estar no movimento abolicionista proporcionou às moças e às senhoras a inserção em debates intelectuais. Com isso, as pernambucanas foram incentivadas a procurar por mais formações sobre administração e política, além de instigar os desejos femininos em lutar pelo direito de ter e ecoar suas opiniões.⁸

Portanto, participar do movimento abolicionista beneficiou essa nova geração feminina, que já estava inserida em uma época de mudanças, como as novas profissões oferecidas para as mulheres, as quais eram desvalorizadas, mas, de alguma forma, levaram esse público para novos espaços. Engajar-se nessa mobilização possibilitou a aproximação de moças e senhoras aos lugares de intelectualidade, comunicação e informação, além de influenciar futuros grupos de mulheres.

A continuação de algumas mulheres que fizeram parte desse engajamento em outros movimentos e eventos políticos nas décadas seguintes legitima o desejo dessas senhoras em atuarem politicamente, não apenas para ajudar a sociedade brasileira no combate a uma instituição que feria a pátria e a família, mas também para terem voz e mostrarem suas ideias para a sociedade, bem como colocar em prática suas abrangentes concepções políticas.

⁸ Para exemplificar mulheres abolicionistas com habilidades em funções administrativas e de comunicação, citamos Maria Albertina Pereira do Rego, que esteve atuante na sociedade *Ave Libertas* desde sua fundação, sendo, inicialmente, secretária interina e, depois, participando ativamente das comissões organizadoras da associação. Essa senhora representou o grupo na imprensa por um período, publicando anúncios das sessões e eventos, seu nome foi associado e mencionado em diversas atividades da *Ave Libertas*. Seu discurso realizado na reunião de fundação pode ser visualizado em: *Jornal do Recife*, Recife, n. 92, 22 abr. 1884, p. 2.

Considerações finais

O movimento abolicionista percebeu que para aumentar a mobilização antiescravista, era preciso espalhar as ideias abolicionistas para os diferentes grupos sociais. Dessa forma, os militantes fomentaram o debate público nos lugares do cotidiano, insuflando discussões já existentes nas ruas, praças e locais de sociabilidades. Nesses espaços, foi possível realizar eventos com características diversas, criando novas formas de fazer política através de símbolos festivos, comemorações, decorações e discursos.

Assim, conquistaram um corpo político composto por grupos diversos, ao ocupar esses locais não institucionalizados e ao manter uma identidade carregada de representações conseguiu atingir as sociabilidades de uma sociedade que não estava familiarizada com essa ampla participação nas discussões públicas.

As mulheres recifenses também trilharam por esse caminho, organizando eventos comemorativos em diversos espaços e convocando a população em situações variadas. Os jornais nos evidenciam o trabalho de moças e senhoras abolicionistas nas ruas, nos teatros e até em circos da cidade do Recife. Já os atos festivos ritualizados, conseguiam sensibilizar o público urbano e a pluralidade de grupos que participavam ativamente mostraram para a sociedade que havia espaço também para suas diferenças. Nesses lugares públicos, além de agitar a mobilização, as moças e senhoras também puderam mostrar suas ideias através dos discursos proferidos por elas nas cerimônias.

Por isso, podemos considerar que o engajamento feminino no movimento abolicionista incentivou as mulheres pernambucanas do século XIX a buscarem novos caminhos para alargar ainda mais esse espectro inicial de possibilidade política. O abolicionismo foi, antes de tudo, uma porta de entrada para que essas militantes se aproximassem dos debates em torno dos problemas da sociedade, além de conseguir mostrar as capacidades femininas nesses debates.

Desse modo, percebemos que, para além de uma breve participação, as associadas da *Ave Libertas* interessaram-se verdadeiramente pelo ambiente político. Além disso, conseguiram alguns benefícios a partir desse engajamento, como novos caminhos para outras discussões políticas. Percebemos também que esse grupo de mulheres incentivou notoriamente uma geração feminina que serviu de exemplo para que outras dinâmicas pudessem ser seguidas e para que novas conquistas fossem alcançadas pelo público feminino.

Dessa forma, as militantes pernambucanas agitaram a cena política do Recife, discursando nos teatros, nas ruas e em suas varandas, incentivando moças e senhoras

de diversas províncias, a mostrarem também seus pensamentos e suas vontades políticas, unindo, assim, uma geração que buscou espaço na vida pública e, conseqüentemente, somando-se com as futuras mudanças, desejos e ativismo de mulheres quanto à participação política.

Ao observar essas mudanças políticas e anseios femininos no século XIX, percebemos que o uso de símbolos e espaços urbanos auxiliou nos novos rumos tomados pela mobilização antiescravista. Além disso, podemos considerar que para além de ajudar a disseminação de ideias, os diversos locais da cidade do Recife foram marcados pela memória abolicionista, perpetuando suas ações e incentivando reconhecimento por um movimento que transbordou a capital pernambucana, unindo o social ao político.

Fontes

A província do Espírito Santo, Vitória, n. 830, 02 jul. 1885.

A província do Espírito Santo, Vitória, n. 1256, 19 dez. 1886.

Jornal do Recife, Recife, n. 92, 22 abr. 1884.

Jornal do Recife, Recife, n. 204, 04 set. 1884.

Jornal do Recife, Recife, n. 222, 26 set. 1884.

Jornal do Recife, Recife, n. 258, 08 nov. 1884.

Jornal do Recife, Recife, n. 129, 09 jun. 1885.

Jornal do Recife, Recife, n. 150, 05 jul. 1885.

Jornal do Recife, Recife, n. 194, 27 ago. 1885.

Jornal do Recife, Recife, n. 235, 15 out. 1885.

Diario de Pernambuco, Recife, n. 249, 28 out. 1883.

Diario de Pernambuco, Recife, n. 150, 05 jul. 1885.

Diario de Pernambuco, Recife, n. 254, 06 nov. 1885.

Diario de Pernambuco, Recife, n. 241, 18 out. 1884

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a Memória das cidades. *Revista Território*, ano 3, n. 4, jan/jun, 1998.

ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. *Tempo social*. [online]. v. 24, n. 2, pp. 101-122. ISSN 0103-2070. 2012.

ALONSO, Angela. O Abolicionismo como movimento social. *Novos estudos*, v. 1, n. 100, pp. 115-137, 2014.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org.), *CIDADE: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CASTILHO, Celso Thomas. "Ao teatro pelos cativos!": uma história política da abolição no Recife. In: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. *História da escravidão em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 325-343.

CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2016.

COSTA, Manuela Areias. *O "Maestro da Abolição" no Recôncavo baiano: abolicionismo e memória nas músicas e crônicas de Manoel Tranquilino Bastos (Cachoeira – BA, 1884-1920)*. 237 f. (Tese de doutoramento) UFRJ - Rio de Janeiro, 2016.

COWLING, C. & CASTILHO, C. Funding Freedom, Popularizing Politics: Abolitionism and Local Emancipation Funds in 1880s Brazil. *Luso-Brazilian Review*, v. 47, n. 1, p. 89-120, 2010.

DA SILVA, Sandro Vasconcelos. Quando o Recife sonhava em ser Paris: A mudança de hábitos das classes dominantes durante o século XIX. *sÆculum - Revista de História* [s. l.] n. 25; 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/14002>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves; ALVES, Ivia; FONTES, Nancy Rita; SALGUES, Luciana; VASCONCELOS, Iris; SOUZA, Silva Vieira de. *Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste*. Recife: Editora da UFPE, 1999.

FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. Diário de Pernambuco, 5 out. 1857. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. (org.). *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*, Recife: Diário de Pernambuco, v. II, p. 834-840, 1975.

GONÇALES, Guilherme Domingues. *Mulheres Engravatadas: Moda e comportamento feminino no Brasil, 1851-1911*. São Paulo: Intermeios, 2020.

GRILLO, M. Ângela de F. Ave Libertas: o movimento abolicionista feminino de Pernambuco. In: *I SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENFOQUES FEMINISTAS E O SÉCULO XXI: Feminismo e Universidade na América Latina*. Anais [...] Salvador, 2005, p. 1-15.

HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das letras, 2007.

KITTLESON, Roger A. Women and notions of womanhood in Brazilian Abolitionism. In: SCULLY, Pamela. PATON, Diana. *Gender and Slave: Emancipation in the Atlantic World*. Durham NC: Duke University Press, 2005.

MACENA, Fabiana F. *Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)*. 294 f. 2015. Tese em História Social, Universidade de Brasília – Brasília, 2015.

MACHADO, Humberto F. *Imprensa e Abolicionismo no Rio de Janeiro*. In: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa. Anais [...] João Pessoa, 2003. p. 1-8.

MATTOS, Hebe. O livro de Ouro. *Revista do Arquivo geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 5, 2011.

MENEZES, Bianca Sotero de. As Mulheres e o Movimento Abolicionista no Amazonas provincial. In: VII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES, 2014, São Paulo. Anais [...]. São Paulo, 2014, p. 1-9.

MONTEIRO, Charles. Entre história urbana e história das cidades. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 5, n.1, jan./jun. p. 101-112, 2012.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Ed. DP & A, Rio de Janeiro, 2003.

NUNES, Etiane Carvalho. “*Não, a mulher brasileira não é escravocrata*”: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas (1881-1884). 67 f. 2020, Monografia (curso de Bacharel em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso americano. *Almanack braziliense*, São Paulo, n. 6, maio, 2006, p. 69-80.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.

ROCHA, Karolina Fernandes. Mensageiras da liberdade, porta-vozes da fé: mulheres capixabas no movimento abolicionista do Espírito Santo. In: 7º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2015, Curitiba. Anais [...], Curitiba: UFPR, p. 144, 2015.

SANT'ANNA, Thiago. “Noites abolicionistas”: As mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870-1888). *OPIS: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais*. v. 6, Goiás, 2006, p. 68-78.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. *Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”*: Festas e política no Recife (1817-1848). 277 f. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. *Os significados do 13 de maio: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893)*. 207 f. 2014. (Tese de doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Erminia. *Circo-teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil*. São Paulo: Altana, 2007.

SILVA, Maciel. Ruas, vendeiras e imagens do Recife no séc. XIX. In: *ANPUH - XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, João Pessoa, 2003. Anais [...] João Pessoa, 2003. p. 1-8.

SILVA, Wladimir Barbosa da. *Escravidão, Imprensa e Sociedade: o protagonismo feminino na campanha abolicionista*. 130 f. 2014 (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, 2014.